

EDIFÍCIO DA FACULDADE DE DIREITO NO CONTEXTO ECLÉTICO DA ARQUITETURA DE PELOTAS

TAÍS BELTRAME DOS SANTOS¹; LUANA PAVAN DETONI²

¹*Universidade Federal de Pelotas – tais.beltrame@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – luanadetoni@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A Faculdade livre de Direito de Pelotas teve sua criação em 1912, sendo a 2º Faculdade de Direito do Estado e a 11º Faculdade de Direito do País. Depois de ser acolhida por uma série de instituições, como o Colégio Municipal Pelotense (construído em 1902) e a Biblioteca Pública Pelotense, inaugurou seu próprio edifício em 1929 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 1982). De caráter eclético, a construção seguia os parâmetros muito próximos a outros edifícios institucionais da época, como a Escola Eliseu Maciel (1883) e a Prefeitura Municipal (1879)(SCHLEE, 1993).

O trabalho realizado na disciplina de Teoria e História III – Arquitetura e Urbanismo Ecléticos e Pré-Industriais, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, e aqui apresentado buscou reunir uma série de informações sobre importantes obras da arquitetura eclética Pelotense. Através de pesquisas e levantamento de dados, feitos inclusive a partir de visitas aos edifícios de estudo, afim de documentar parte do histórico e da importância das obras no contexto político e social do século XIX e início do século XX. A análise formal dos mesmos foi pautada pelas lições de arquitetura de Durand (1760- 1834), e Quatremére de Quincy (1755-1849), sintetizadas pelo sistema Beaux Arts.

Para Durand, projetar era combinar elementos pré determinados a partir de uma metodología, e não, como era recorrente, por uma tipología. Dessa forma, segundo o autor, poder-se-ia difundir um sistema de estruturas geométricas e modulares, no qual as formas clássicas, poderiam ser adequadas a outros programas, sem precedentes históricos, levando em consideração o melhor uso dos recursos de espaço, dinheiro e tempo. (MALACRIDA, 2010. A partir dos principais conceitos dos manuais de composição: eixo, massa, parte e projeto, propostos por Durand, Quatremére incorporou o conceito de *decoro*, propondo assim que o caráter próprio de cada obra fosse uma resultante de elementos volumétricos que ressaltem pontos importantes do edifício (KRUFT, 2016).

2. METODOLOGIA

O estudo desenvolvido na disciplina foi iniciado pela livre escolha de uma obra de arquitetura, urbanismo ou paisagismo do período eclético, preferencialmente localizada na cidade de Pelotas ou região, de forma que fosse facilitada a visita e análise à obra. Em seguida fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre o movimento eclético no contexto escolhido, de modo que se pudesse compreender o movimento cultural e político, levando-se em consideração a conjuntura da época.

No caso específico abordado, foi elegido o edifício da Faculdade de Direito da UFPel. O mesmo foi visitado, fazendo-se assim um levantamento fotográfico para posterior análise. Procurou-se fontes publicadas que tratassem do edifício, tanto na Biblioteca da própria Faculdade de Direito, quanto na Biblioteca Pública

Pelotense, onde foram encontrados anuários e documentos, como por exemplo do projeto arquitetônico original e das reformas, que auxiliaram na compreensão da cronologia das transformações e ampliações do edifício.

Após todo o material coletado, foi feita uma análise do edifício em questão, e uma crítica comparando-o com a Prefeitura Municipal de Pelotas e o Lyceu Rio-Grandense, local da primeira Escola de Agronomia da cidade, edifícios que também cumpriram um importante papel institucional na época. A análise comparativa dos trabalhos foi feita juntamente com outros colegas que haviam seguido a mesma metodologia para a elaboração do trabalho das obras referidas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento econômico de Pelotas, sobretudo gerado pelas charqueadas no século XIX, foi um fator crucial para a expansão educacional e cultural da cidade. A localização do estado, e sobretudo da cidade, suscitava grandes dificuldades iniciais a comunicação eficiente tanto com a Europa quanto com o resto do país, atravessando sobretudo a articulação política e econômica, que na época efervesceu no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 1982).

“Os gaúchos, até fins do século XIX, tinham de enfrentar a dolorosa separação de seu lar e de seus pagos, para estudar nas Faculdades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Salvador e Recife” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 1982, p. 5). Esses motivos levaram, ao final do século XIX, a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. “Mas somente em 1912, pode ser criada a Faculdade de Direito de Pelotas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 1982). Ambas impulsionadas pelo capitalismo industrial e pelas decisivas transformações técnico-científicas.

A extravagância da época, que ultrapassava o discurso e as vestes e incidia diretamente em uma arquitetura imponente e ornamentada. Entretanto, sem uma sede própria, a faculdade migra entre prédios particulares, que possuíam “precárias acomodações e reduzidas condições técnicas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 1982, p.9), até se instalar na Biblioteca Pública Pelotense, juntamente à Escola de Instrução Gratuíta da Província Gaúcha. Entretanto, o espaço cedido pela Biblioteca não acompanhava a expansão da instituição, que logo necessitava de “melhores acomodações para o seu funcionamento”.

“Com o produto da venda de uma casa que a Faculdade já possuía, com o auxílio financeiro de títulos da dívida pública municipal, e com donativos privados, a Faculdade construiu sua sede, que foi inaugurada dia 11 de agosto de 1929” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 1982, p.9). O edifício possui autoria de Dias e Requião e foi executado pelo construtor licenciado José Severgnini. Se localiza na Praça Conselheiro Maciel em terreno doado pelo Intendente Municipal Augusto Simões Lopes (MOURA, 1998). Desde 1969 a faculdade e, assim o edifício pertencem a Universidade Federal de Pelotas.

O edifício foi inventariado em junho de 1995 pela Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, e segundo o parecer da época, o edifício possuía: fachada com ornamentos, platibanda cega, continua e com pinhas e trabalhos em massa tipo brasão, cisalha lisa, pilastras em alto relevo e com rusticações horizontais. Quanto as aberturas, a edificação possui portas com 2 folhas de vidro e ferro e com bandeira, e também portas janelas com vidro e postigo de madeira, com

bandeiras, sacada central com púlpito e alvenaria, com trabalhos e balaústres, gateiras retangulares e com fechamento de ferro e tela.



figura 1: faculdade de direito de pelotas atualmente. fonte: página do site fotográfico flickr , disponível em: < <https://flic.kr/p/7cqd7b> > acesso em julho, 2018.

A fachada possui fenestração rítmica e apresenta características do trimorfismo, dividido em: base, corpo e coroamento. Quanto a organização em planta, o edifício compõe-se a partir de uma forma geométrie básica: um retângulo, com eixo de simetria. É iniciado por um vestibulo de grande imponência, finalizado por uma grande escada de mármore e corrimão de ferro fundido ao fundo. Do átrio central, se estabelecem dois corredores que levam, ao lado direito à diretoria e à secretaria, à sala de professores, arquivo e portaria, e ao lado esquerdo a banheiros e três salas de aula. O edifício se organiza de forma clara, e geométrica, seguindo os preceitos de Durand no que toca a proposição de eixo, massa e parte.

No segundo pavimento a planta se estrutura a partir de um salão central com sacada cujo volume se destaca na fachada, cinco salas de aula e uma sala do diretor. O edifício possuia porão alto, parcialmente acessível, parte que era usada como depósito. O trabalho volumétrico de marcação do acesso principal advém do *decoro* de Quatremére, propondo assim um edifício que se localiza no sistema Beaux Arts.

A reforma proposta em 1952 adicionou mais quatro salas de aula ao edifício. Essas salas eram muito mais amplas do que as existentes e acompanhavam a demanda por espaço da faculdade em ascenção. Com a ampliação, o edifício modifica totalmente a sua relação com o entorno, pois passa a ser delimitado pelo passeio público em ambos os lados, não possuindo mais recuos laterais como originalmente. O telhado é totalmente modificado, de forma a encobrir também a nova massa. O ritmo da fenestração, das pilastras e ornamentos é mantido, bem como as esquadrias. A última grande reforma configurou o edifício da forma como esse se encontra hoje, adicionando um novo volume, que foge da organização tipológica original.

Destaca-se como relação entre as obras arquitetônicas do Lyceu, a Faculdade de Direito I e a Prefeitura Municipal: a estruturação dos edifícios, que tem muito em comum, visto que todos possuem uma marcação clara do acesso principal, que se dá, por sua vez, por uma importante escada. Funcionalmente, o primeiro cômodo dos edifícios é o vestíbulo, que possui igual área, no caso dos prédios do direito e da prefeitura, do que o salão principal localizado no pavimento superior. Nesses mesmos prédios, nota-se uma imponente escada ao fundo, que dá acesso ao segundo pavimento, onde se localizam as salas mais destacadas. A planta é organizada por um eixo central e é simétrica, seguindo a organização recomendada por Durand.

Os três edifícios analisados possuem fachadas ornamentadas, com pilastras marcadas e com rusticações, finalizadas por capiteis, que visualmente sustentam a arquitrave, o friso e a cornija. Os frontões principais possuem brasões federais, ou outros ornamentos que representam a importância institucional dos locais. As janelas possuem certo ritmo, no caso do Lyceu com acabamento a cada duas janelas e no caso da prefeitura com um frontispício por abertura. Todos possuem uma fachada principal, embora tenham implantações diferentes. Os prédios estão todos bem conservados, embora tenham sofrido modificações.

4. CONCLUSÕES

O legado da aristocracia Pelotense do século final do século XIX e início do século XX é um marco cultural na cidade pois ultrapassa a extravagância monumental dos casarões particulares. As instalações institucionais e públicas da época, como a Biblioteca Pública Pelotense, a Prefeitura Municipal, o Lyceu Rio-Grandense e até mesmo a Faculdade de Direito, impulsionaram uma série de outros acontecimentos posteriores, que levaram inclusive a instalação de uma Universidade Federal na cidade. Dessa forma é inquestionável a importância patrimonial desses edifícios, que refletem o pensamento político e social dominante na época.

Resgatar a história, os motivadores e além disso, a metodologia projetual e construtiva desse patrimônio é preservá-lo. E a rigor, é manter um símbolo na escala da paisagem, que conta os percursos que a cidade percorreu até a atualidade. A análise dessas obras é fundamental até para que compreendamos, como futuros arquitetos e urbanistas, os avanços metodológicos e tecnológicos que a área do ensino da arquitetura obteve.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KRUFT, H.W. **História da teoria da arquitetura**. São Paulo: Editora da Universidade, 2016.

MALACRIDA, S. A. **O sistema de ensino Belas-Artes no curso de arquitetura da École des Beux-Arts de Paris e sua tradição e ruptura: legado de saber e de poder**. 2010. Tese de Doutorado . Programa de Pós Graduação em Fundamentos da Educação. Universidade Federal de São Carlos.

MOURA, R.M.G.R , SCHLEE, A.R. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. Pelotas: Pallotti, 1998. 240 p.

PEREIRA, R. B. **Quatremére de Quincy e a ideia de tipo**. Campinas, UniCamp. Revista Revista de História da Arte e Arqueologia, v.13. 2010. P.55-77.

SCHLEE, A. R. **O ecletismo na Arquitetura Pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Centro de Documentação e Informação. **Faculdade de Direito: 1912-1982 : histórico**. Pelotas. Universidade Federal de Pelotas, 1982. 29 p.